



NITEROI E REGIAO/RJ

Vigilantes em greve fazem manifestações em São Gonçalo



Profissionais estão em agências bancárias da cidade - Foto: Divulgação/SVNIT

Vigilantes realizam manifestações, desde a manhã desta segunda-feira (10), por agências bancárias em São Gonçalo. A categoria está em greve desde o último dia 21 de julho.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região (SVNIT), Cláudio Vigilante, as agências não tiveram o funcionamento afetado por contate uma liminar que determina que 50% dos vigilantes tem que

estar trabalhando, fazendo com que atinga a quantidade mínima de dois profissionais por agência.

Para a próxima quarta-feira (12), estão previstas manifestações da categoria em Maricá. O sindicato ainda aguarda marcação de julgamento no Tribunal Regional do Trabalho (TRT/RJ), que irá tratar sobre a greve em si e o dissídio coletivo.

Fonte: O Fluminense

Mediação frustrada pelo Sindesp/RN



Sindesp/RN através de seu advogado, procrastinam mais uma vez em negociação coletiva diante da Justiça do Trabalho. Aliás, quer empurrar com a barriga a nossa negociação e ainda querem mudar a nossa data base de 2021, lançando três propostas para mudança. É isso mesmo, querem mudar nossas cláusulas convencionais, querem tirar direitos, mas, não querem dar o nosso reajuste. Motivo esse que se a decisão for para dissídio, a decisão pode postergar por muito tempo e podendo levar ao arquivamento do nosso processo.

A diretoria se reuniu pós mediação e decidiram levar a proposta para a categoria. Salientando que os empresários não querem discutir o reajuste, mesmo com a presença do senhor Edmilson Pereira, presidente do Sindsep/RN, que não expôs o que queria. Apenas deixou nas mãos do então advogado Emmanuel Correia que nada disse, além do que já era conversado desde de novembro de 2019. A Desembargadora Perpetua do Socorro, entrará de férias e só retornará em setembro. O meio mais próximo para uma negociação

salarial tem que ser discutido com a categoria. A mediação foi frustrada pelo sindicato patronal; não querem renovar a CCT, eles elaboraram uma nova CCT; querem que a vigência da CCT seja a partir de setembro; não querem pagar retroativo da categoria, seja salário, seja vale alimentação; querem mudar o quadro social do sindicato. O patrão quer desestabilizar de todas as formas a categoria.

Portanto, companheiros e companheiras, nesta semana o sindicato convocará a categoria a estarem presentes na nova sede do Sindsegur, na segunda-feira dia 17 de agosto, às 19h, na rua Gonçalves Lêdo, 787, Cidade Alta, Natal-RN. Para tomarmos os encaminhamentos, o Sindsegur estará nas ruas esta semana para entregar a convocatória aos vigilantes. Em Mossoró, no dia 18 de agosto, às 19h, a assembleia será realizada na Sub-sede do Sindsegur, Rua doutor Almir de Almeida Castro, 155 Centro (em frente ao antigo Colégio Geo). Vigilantes na rua, patrão a culpa é sua!

FONTE: SINDSEGUR

MP de Bolsonaro agiliza privatização da Caixa Econômica Federal sem licitação

MP permite abrir capital das subsidiárias da CEF, entre elas a de seguros e cartões. Presidente da Fenaec, diz que na prática é privatizar sem licitar porque governo vai ter sócios e dividir lucros do povo



O governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) mais uma vez quer burlar a legislação para abrir caminho mais fácil e rápido de venda e desmonte das estatais brasileiras.

Desta vez, ele e o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, editaram na noite da última sexta-feira (7), a Medida Provisória (MP) Nº 995/2020 autorizando as subsidiárias da Caixa Econômica Federal (CEF) a incorporar ações de outras sociedades empresariais e a adquirir controle societário ou participação minoritária em empresas privadas. A MP tem validade até o final deste ano, se não for aprovada pelo Congresso Nacional. Mas o prazo para essas mudanças serem efetuadas, se aprovadas, é até 31 de dezembro de 2021.

Na prática, isto significa que o governo vai arrumar um sócio para dividir os lucros da Caixa, sem promover o devido processo legal de licitação, diz o diretor de Formação da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenaec), Jair Pedro Ferreira.

Para entender esse processo, o dirigente conta que o Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar a ação que questionava a inconstitucionalidade de alguns pontos da Lei nº 13.303, das estatais, decidiu que o governo só poderia promover a privatização com autorização do Congresso Nacional.

Com a Medida Provisória, o governo não promove oficialmente a venda do banco público,

mas pratica um desmonte permitindo que partes lucrativas da Caixa passem às mãos do capital privado. A MP visa as subsidiárias Caixa Seguridade, quarto maior grupo segurador do país, e Caixa Cartões, voltada para o setor de meios de pagamentos.

O governo pode dar a desculpa de que não está mexendo na Caixa, mas vende o que ela tem. Esses novos sócios da Caixa Cartões e Caixa Seguridade já vão encontrar tudo pronto: os clientes, a mão de obra e a infraestrutura que são do banco. O governo só está chamando alguém pra comer o filé que é de todos os brasileiros- Jair Pedro Ferreira

Ao reforçar a importância de um banco público, o dirigente lembra que o lucro da Caixa é do Estado, da União, que promove programas sociais, como é o caso das loterias da Caixa que também estão na mira do governo para venda.

38% do que arrecada com as loterias (mega sena, quina, lotofácil, etc), a chamada verba carimbada, são destinados a educação, saneamento, cultura, seguridade social, entre outras áreas. Somente no ano passado, a arrecadação das Loterias Caixa nas 10 modalidades lotéricas operadas pelo banco foi de R\$ 16,71 bilhões.

Importância da CEF no auxílio emergencial

O diretor da Fenaec ressalta a importância da Caixa ser um banco público. Segundo ele, se não fosse, dificilmente a população brasileira teria acesso ao auxílio emergencial de R\$ 600,00 para se manter durante o período da pandemia do novo coronavírus (Covid 19).

“A Caixa tem mais de 4 mil agências e postos de atendimento espalhados pelo país. Há cidades que só contam com uma agência bancária e é da Caixa. Um banco privado não teria condições de pagar o auxílio emergencial”, afirma Jair Ferreira.

Fonte: CUT

Empregados da Caixa são contra MP 995

Medida editada pelo governo federal permite que o banco abra o capital das suas subsidiárias, entre elas a de seguros e cartões



- Governo Federal edita Medida Provisória 995
- MP permite abertura de capital de subsidiárias da Caixa entre elas a de seguros e cartões
- Entidades representativas dos empregados estudam medidas para impedir vendas

Os empregados da Caixa Econômica Federal são veementemente contrários à Medida Provisória (MP) 995, editada pelo governo federal na sexta-feira (7), para permitir que a Caixa abra o capital das suas subsidiárias, entre elas a de seguros e cartões.

A MP encaminhada ao Congresso – assinada pelo presidente e ministro Paulo Guedes (Economia) – autoriza as subsidiárias do banco público a incorporar ações de outras sociedades empresariais e a aquisição controle societário ou participação minoritária em empresas privadas.

A MP foi criada para a venda das subsidiárias Caixa Seguridade, quarto maior grupo segurador do país, e Caixa Cartões, voltada para o setor de meios de pagamento. A ideia é que a Caixa continue societária nesses negócios embora a modelagem ainda não esteja definida.

Para Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/ Caixa) e secretária

da Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), é mais uma tentativa de enfraquecimento do banco público. “Nossa luta histórica é pela Caixa 100% Pública. Somos contrários a qualquer tipo de venda que possa enfraquecer a nossa instituição, que é uma das mais importantes para o desenvolvimento do Brasil.

O secretário de Finanças da Contraf-CUT e presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto, revelou que as entidades estudam medidas cabíveis para impedir que o governo faça a privatização da Caixa. “A edição de uma MP que coloca em risco um dos principais patrimônios da população brasileira, a Caixa, no momento que o país atinge a triste marca 100 mil mortes por covid-19, demonstra que o único objetivo do governo é vender o patrimônio público. Não tem nenhuma consideração com a vida.”

A Conselheira de Administração da Caixa, Rita Serrano, destaca que, na verdade, isso já vinha sendo feito, e que questionava no CA que não havia legislação que autorizasse, o que agora lamentavelmente ocorre com a MP. “Estão legalizando um processo que já acontece. A Caixa criou subsidiárias nas áreas de cartões e loterias, anunciou que na de seguros será a primeira a ser feito IPO, inclusive já comunicando o mercado; quer criar em DTVM e fala em um banco digital”, explica.

Ela compara essas manobras à venda de um carro do qual não se tem o documento que autorize a transferência: vai sendo vendido aos pedaços, por partes, restando apenas a sucata. E isso, aponta, em plena pandemia, quando nações como Alemanha e Canadá, por exemplo, usam as instituições públicas para tentar reconstruir o país.

FONTE: CONTRAF

INSS amplia 'drive-thru' para entrega de documento em todo país

Instituto decidiu colocar urnas na entrada das agências; experiência já vinha sendo adotada em São Paulo e nas regiões Sul e Nordeste



Com agências fechadas por causa da pandemia, serviço vai recolher documentação

Os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) têm uma nova alternativa para entregar a documentação que falta para concluir a análise de seus requerimentos. Como as agências continuam fechadas por causa da pandemia de coronavírus, o instituto decidiu estender para todo o país o serviço Exigência Expressa, o “drive-thur” para entrega de documentos.

A entrega de documentos por esse meio alternativo será viabilizada pela colocação de urnas na entrada das agências. O interessado depositará, na unidade mais próxima de sua residência, cópias simples dos documentos solicitados pelo INSS.

A medida foi adotada porque desde março não está sendo possível fazer atendimento presencial – apenas remoto, conforme o decreto

de situação de emergência provocada pela pandemia do novo coronavírus. Diante disso, o INSS identificou a necessidade de buscar alternativa para o cidadão cujos processos não avançam porque ele precisa cumprir a exigência para que a análise possa ser concluída.

Projeto-piloto

A Exigência Expressa já vinha sendo adotada como piloto em São Paulo, desde o início de julho, para agilizar a conclusão dos processos que dependem da apresentação de algum documento. Começou a ser adotada em outros estados e já se encontra disponível em 803 municípios, sendo 215 em São Paulo, 158 na região Sul e 430 no Nordeste.

Nas regiões Sul e Nordeste, o serviço já é disponibilizado aos segurados de 588 cidades, incluindo 11 capitais: Aracajú (SE), Curitiba

(PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE), Salvador (BA), São Luís (MA) e Teresina (PI).

Apelidado de “drive-thru” do INSS, o serviço se espalhou pelo interior e chegou também a outros importantes centros urbanos das duas regiões, como Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Cascavel (PR), Caucaia (CE), Caxias do Sul (RS), Joinville (SC), Londrina (PR), Maringá (PR), Mossoró (RN), Pelotas (RS), Petrolina (PE), Ponta Grossa (PR) e Vitória da Conquista (BA).

Como funciona

Para assegurar a entrega dos documentos é preciso realizar agendamento pelo telefone 135 ou no Meu INSS, tendo em mãos o número do protocolo do benefício em análise, nome e CPF da pessoa que efetivamente depositará o envelope na urna.

Ao agendar o serviço de Exigência Expressa, o usuário será orientado a observar os seguintes procedimentos para a entrega dos documentos: preencher o formulário de “Autodeclaração de Autenticidade e Veracidade das Informações”; e incluir os documentos solicitados pelo INSS e o formulário de “Autodeclaração de autenticidade e Veracidade das Informações” em envelope, que deverá ser lacrado e identificado pelo lado de fora com os seguintes dados: nome completo, CPF, endereço completo, telefone (mesmo que para recado), e-mail (se tiver) e número do protocolo do agendamento.

Após esses procedimentos, o cidadão deve depositar o envelope em urnas posicionadas nas portas das agências, pelo lado de fora. Não importando a localidade, a caixa coletora fica disponível de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h. Sua utilização não se aplica aos pedidos de antecipação do auxílio-doença. Nesse caso, os documentos só podem ser anexados pelo Meu INSS.

Para proteger a saúde das pessoas, o cumprimento de exigência pela urna ocorre sem qualquer contato físico e sem acesso ao

interior das agências. O segurado também não recebe protocolo ou recibo de entrega dos documentos, mas pode informar o uso do serviço pela Central 135, para fins de registro. Não são aceitos documentos originais e as cópias não precisam ser autenticadas em cartório. É imprescindível, porém, que estejam legíveis e sem rasuras. A autenticação só é obrigatória quando se exige do segurado que apresente procuração para fins de recebimento de benefício.

Além da documentação solicitada, é preciso colocar no envelope o Formulário de Cumprimento de Exigência Expressa. Para isso, o segurado retira o Formulário ao lado da caixa coletora e preenche todas as lacunas (nome completo, endereço com CEP, e-mail, data de entrega do envelope e relação de documentos). Ao final, basta assinar no campo da autodeclaração de autenticidade e veracidade das informações apresentadas. Não é necessário escrever qualquer informação do lado de fora do envelope.

Exigências

As exigências são emitidas quando a pessoa solicita um benefício ou serviço, mas, durante a análise, é verificada a necessidade de apresentação de documentação adicional para a conclusão do processo. Para saber quais documentos devem ser apresentados, o interessado deve discar 135, acessar o Meu INSS ou ligar para um dos telefones de plantão das agências.

Os papéis depositados na urna são escaneados e inseridos em sistema, para que os servidores do INSS possam dar continuidade ao processo. Para a conclusão da análise, é fundamental que sejam anexadas as cópias de todos os documentos solicitados. O andamento do processo pode ser acompanhado pelo Meu INSS ou telefone 135.

FONTE: R7

Governo vai distribuir R\$ 7,5 bilhões do lucro do FGTS a trabalhadores

O governo vai distribuir R\$ 7,5 bilhões do lucro registrado pelo FGTS entre os trabalhadores



O Conselho Curador do FGTS se reúne nesta terça-feira para autorizar a distribuição de R\$ 7,5 bilhões do lucro registrado pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em 2019 entre os trabalhadores. Serão beneficiados todos os cotistas com saldo na conta vinculada em 31 de dezembro de 2019.

A Caixa Econômica Federal tem até o fim deste mês para efetuar o crédito nas contas do FGTS, de forma proporcional ao saldo. Segundo integrantes do Conselho Curador, o governo fará a distribuição de modo a assegurar aos trabalhadores um ganho real (acima da inflação) e da poupança.

Tradicionalmente, as contas vinculadas ao FGTS são remuneradas a 3% ao ano, mais TR (Taxa Referencial), atualmente zerada.

Essa rentabilidade já supera outros tipos de aplicação, diante da queda na taxa de juros básica da economia (Selic). Com a Selic em 2% ao ano, a opção de 3% em 12 meses já é maior do que a da poupança e a dos títulos do Tesouro, por exemplo.

No ano passado, o rendimento do FGTS chegou a superar 6%, com a distribuição de lucros. Mas, neste ano, será menor porque o resultado caiu de R\$ 12,2 bilhões em 2018 para cerca de R\$ 9 bilhões em 2019, segundo integrantes da equipe econômica. O balanço ainda não foi publicado.

O saque emergencial das contas ativas e/ou inativas neste segundo semestre, autorizado em meados do ano passado para estimular a economia, ajudou a reduzir as disponibilidades do FGTS. Além disso, todo o lucro auferido em 2018 foi distribuído.

Fonte: terra

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF